

Dossiê: “Entre drogas e medicamentos: a Cannabis na discussão entre saúde e segurança pública”

Interações entre cultivadores, usuários e pesquisadores em torno dos usos medicinais de cannabis na Argentina¹

Interacciones entre cultivadores, usuarios e investigadores en torno a los usos medicinales de cannabis en Argentina

Lucía Romero

Instituto de Estudios sobre la Ciencia y la Tecnología
Universidad Nacional de Quilmes
Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas
laromero@unq.edu.ar

Oscar Aguilar Avendaño

Instituto de Estudios sobre la Ciencia y la Tecnología
Universidad Nacional de Quilmes
Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas
oskareduardo1@gmail.com

Carlos Henrique D. Araújo (Tradutor)

Universidade Federal do Rio Grande do Norte
henrique.araujo.072@ufrn.edu.br
<https://orcid.org/0009-0002-0232-7464>

¹ Nota de tradução (N.T.) – A tradução deste artigo, publicado originalmente em 2020 na Revista de Estudos Sociais da Ciência e Tecnologia (Redes), enquadra-se nos termos do licenciamento gratuito, sem necessidade de autorização formal, previsto pela *Creative Commons*. A licença, sob a sigla CC BY-NC-ND 2.5 (“*Creative Commons by noncommercial use*”) abrange artigos “abertos” e contempla apenas traduções cujas finalidades não sejam comerciais, desde que a fonte e licença sejam explicitadas no documento traduzido. Para consultar a versão original: <https://revistaredes.unq.edu.ar/index.php/redes/article/view/9>. Acesso em: 23 jun. 2025.

Gustavo G. Brigante (Tradutor)

Universidade Federal do Rio Grande do Norte

gustavo.brigante@hotmail.com<https://orcid.org/0000-0002-3052-6682>

RESUMO

No marco de um processo de remedicalização da cannabis, que rapidamente levou à sua legalização na maioria dos países europeus, no Canadá, em mais da metade dos estados dos Estados Unidos, na Austrália, em partes da Ásia e em vários países da América Latina, a Argentina sancionou a lei 27.350 sobre a cannabis medicinal em 2017. A partir de então, alguns acadêmicos e médicos locais iniciaram atividades de extensão e investigação sobre o tema, sob dinâmicas colaborativas e de coprodução de conhecimento com associações de cultivadores e pacientes. O presente trabalho busca conhecer as motivações e os interesses dos investigadores e usuários (cultivadores, pacientes) para colaborar entre si e gerar agendas de investigação e extensão sobre esse tema, considerando os recursos e os conhecimentos trocados, suas dinâmicas colaborativas, suas conceitualizações, sistematizações, formas de indagação e de replicação de experiências, e os conflitos ou problemas surgidos. Com base na análise do material de entrevistas em profundidade e na revisão de documentos institucionais, folhetos, artigos científicos e observações, são analisadas as dinâmicas de hibridização, coprodução e ressignificação do conhecimento conformadas nas interações entre usuários e acadêmicos.

Palavras-chave: Cannabis medicinal; Conhecimento popular; Conhecimento local; Conhecimento especializado.

Interactions among growers, users, and researches around medical cannabis uses in Argentina

ABSTRACT

In the context of a process of re-medicalization of cannabis that has rapidly led to its legalization in most European countries, Canada, more than half of the United States, Australia, parts of Asia, and several Latin American countries, Argentina enacted Law 27.350 on medicinal cannabis in 2017. Since then, some local academics and doctors have begun outreach and research activities on the subject, under collaborative dynamics and co-production of knowledge with growers and patients associations. This work aims to understand the motivations and interests of researchers and users (growers, patients) to collaborate with each other and generate research and outreach agendas on this topic, considering the resources and knowledge exchanged, their collaborative dynamics, their conceptualizations, systematizations, forms of inquiry and replication of experiences, and the conflicts or problems that arise. Based on the analysis of in-depth interview material and the review of institutional documents, brochures, scientific articles, and observations, the dynamics of hybridization, co-production, and re-signification of knowledge formed in the interactions between users and academics are analyzed.

Keywords: Medicinal cannabis; Popular knowledge; Local knowledge; Specialized knowledge.

Introdução

Durante os últimos 20 anos, em diferentes partes do mundo, iniciou-se um processo de remedicalização da cannabis² que rapidamente levou à sua legalização na maioria dos países europeus, no Canadá, em mais da metade dos estados dos Estados Unidos, na Austrália, em partes da Ásia e em vários países da América Latina (Taylor, 2010; Dufton, 2017).

Na Argentina, em março de 2017, foi aprovada a Lei 27.350, que permite e promove pesquisas sobre o assunto bem como regulamenta a importação de um óleo feito de cannabis para pacientes com epilepsia grave. Esse foi o resultado da pressão de associações de pacientes e produtores que, com o apoio de alguns cientistas e médicos, conseguiram colocar a questão na agenda legislativa e, juntamente com alguns legisladores, estabelecer as bases para a nova lei. Nesse contexto, alguns grupos científicos e médicos locais iniciaram atividades de extensão e pesquisa sobre o assunto sob a dinâmica colaborativa e a coprodução de conhecimento com associações de produtores e pacientes³.

A cannabis terapêutica mais consumida na Argentina provém de produções caseiras locais, sem controle de qualidade, produção padronizada ou informações sobre o perfil de seus compostos ativos (canabinoides, terpenos e flavonoides⁴), que dependem diretamente da variedade da planta (popularmente conhecida como “cepa”), de suas condições de cultivo e do método de extração utilizado. Esse fato, entre outros, tem mobilizado alguns acadêmicos a iniciarem agendas de trabalho e prestação de serviços, analisando a composição bioquímica dos produtos atualmente em circulação.

² Por “remedicalização da cannabis” nos referimos à reintrodução social dos usos terapêuticos dessas plantas a partir da década de 1970; usos que eram conhecidos por diferentes civilizações e em diferentes períodos da humanidade (na antiguidade, na China, e depois na Europa, no Reino Unido, na França, nos Estados Unidos, ao longo do século XIX), mas que foram proibidos durante a legislação inicial sobre narcóticos (Taylor, 2010).

³ Na Argentina, embora a pesquisa científica inicial sobre a cannabis não tenha sido desenvolvida, o uso social, farmacêutico e médico da cannabis existe há muito tempo: a Farmacopeia Argentina elaborou o primeiro *Codex Medicamentarius* em 1893 (Lei nº 3.041) e, quando foi publicado oficialmente em 1898, incluiu o “cânhamo indiano”. Caracterizava-se a planta, afirmando que se usavam “as copas floridas e os frutos”, e seus efeitos eram especificados como “hipnótico, anódino, antiespasmódico”. As preparações nas quais ela era usada eram o “extrato alcoólico de cânhamo”, para uso antiespasmódico, e a “tintura de cânhamo indiano”; para ambos, foram fornecidas informações sobre as doses máximas permitidas (Díaz, 2018, p. 6).

⁴ As plantas de cannabis produzem uma grande variedade de moléculas químicas de interesse terapêutico. Alguns desses compostos orgânicos são conhecidos como canabinoides, dos quais dois dos mais estudados são o tetraidrocannabinol (THC) e o canabidiol (CBD), que estão associados a vários efeitos fisiológicos, como atividade psicoativa, sedativa, estimulante do apetite, entre outros.

Inicialmente, o fornecimento doméstico de cannabis medicinal foi monopolizado por uma empresa estrangeira, a *Stanley Brothers*, que exporta o óleo *Charlotte's Web*. Considerando que o custo é de cerca de US\$ 900 e que, em muitos casos, ele não apresenta os melhores efeitos para os pacientes (sua composição é exclusivamente canabidiol [CBD]) e que, em muitos casos de epilepsia e outras doenças, testemunhos de usuários e uma biblioteca médica apontam que os produtos terapêuticos de composição mista são mais eficazes (devido a um suposto efeito sinérgico entre as moléculas de cannabis⁵), para muitos pacientes e produtores, o auto cultivo continua sendo a maneira mais eficaz, barata e segura de obter a matéria-prima para produzir o óleo.

O objetivo central do presente trabalho, portanto, é responder às seguintes perguntas: quais são as motivações e os interesses dos pesquisadores e usuários (cultivadores, pacientes) para colaborar entre si e gerar agendas de pesquisa e extensão sobre a cannabis terapêutica; que recursos e conhecimentos eles trocam; com que finalidade; quais são suas dinâmicas de colaboração; que conhecimento foi coproduzido? Quais foram as continuidades e rupturas entre os procedimentos de construção de conhecimento e evidências (conceitualizações, sistematizações, formas de investigação e replicação de experiências, conservação da genética) de um e de outro; que conflitos ou problemas surgiram na colaboração; o que a base de conhecimento experimental, prático e popular dos produtores e pacientes oferece aos pesquisadores científicos; e, inversamente, qual é a contribuição do laboratório, da estrutura e dos procedimentos da pesquisa científica para as associações de produtores e pacientes?

Com a noção de conhecimento popular, estamos pensando no tipo de conhecimento disseminado na sociedade e não monopolizado por nenhum ator em particular. Esse tipo de conhecimento tem alguns elementos em comum com o conhecimento formado a partir de dados construídos por grupos de usuários que contribuem e/ou confrontam especialistas, também chamado de conhecimento local (Wynne, 1998), aludindo com eles às práticas, ao conhecimento empírico e à chamada “pesquisa selvagem” dos usuários (Callon; Rabeharisoa, 2003). Todos esses conceitos compartilham a característica de evocar práticas de conhecimento que ocorrem fora do laboratório científico e são realizadas pela pesquisa de usuários, pessoas comuns, muitas vezes contendo elementos e referências ao conhecimento certificado misturado ao

⁵ Sobre esse fenômeno sinérgico ou “efeito entourage” dos extratos de espectro total, disponível em: <https://www.fundacion-canna.es/extractos-de-cannabis-de-espectro%20complete-versus-cbd-isolated>. Acesso em: 17 jun. 2025. Link inativo em: 17 jun. 2025. Para conteúdo semelhante, consulte: <https://wecann.academy/entenda-o-efeito-entourage>. Acesso em: 4 ago. 2025.

conhecimento popular. O dos cultivadores de cannabis está mais alinhado com o conhecimento popular (devido ao caráter não monopolizado, socialmente disseminado e vulgar do conhecimento da planta) e baseado na experiência (Collins; Evans, 2002), pois a forma prática e empírica é a maneira de obter conhecimento por excelência no caso deles. Nesse sentido, este artigo pretende dialogar com trabalhos que têm se interessado pela importância do conhecimento não especializado em diferentes processos e problemas tecnocientíficos (Jasanoff, 2003; Moore; Kleiman; Hess; Frickel, 2011) e pelas implicações de conhecimento das relações de troca entre usuários e grupos profissionais e especialistas em questões de saúde em particular (Epstein, 1995; Callon; Rabeharisoa, 2003; Taylor, 2010).

A abordagem metodológica deste trabalho é a de um estudo de caso qualitativo e o desenho geral da pesquisa foi exploratório, mais próximo da abordagem indutiva e emergente (Denzin; Lincoln, 1994). Embora tenhamos partido de um conjunto de perspectivas e noções sobre conhecimento e especialização, discutidas no campo dos Estudos Sociais de Ciência e Tecnologia (ESCT), a pesquisa empírica, antes de buscar corroborar hipóteses teóricas ou uma estrutura interpretativa compacta para o caso da cannabis, foi orientada para gerar novas combinações de conceitos com base nas regularidades encontradas e acrescentar evidências empíricas à ideia de que não há uma divisão nítida, hierárquica e linear entre produtores especializados e usuários-consumidores em todos os campos. Ao contrário, este é um caso que desafia essa ideia e demonstra a centralidade da base de conhecimento popular e experimental em torno do cultivo da planta (os produtores) e dos efeitos terapêuticos de seu consumo (os usuários, os doentes). Isso mostra que tanto os especialistas quanto os cultivadores e usuários medicinais são produtores e consumidores de conhecimento, sendo os primeiros verdadeiros “especialistas” no cultivo artesanal da planta e os últimos em questões de óleos, cepas e doses. Harry Collins e Robert Evans (2002) os chamam de “especialistas baseados na experiência”.

De acordo com o objeto de estudo — um fenômeno que se enquadra no risco da ilegalidade e do conflito real ou como uma ameaça em nível social — a produção de conhecimento sobre a cannabis medicinal se articula não apenas com o conhecimento especializado ou de especialistas, mas também com o conhecimento popular/prático (o acúmulo de métodos, protocolos, recursos usados pelos cultivadores que produzem a planta e suas flores) e o conhecimento experiencial (as experiências que os pacientes têm ao consumir o produto e a formação de novas identidades como usuários de cannabis), com ideologias e identificações sociais (sobre a proibição/legalização de seu uso, a

distinção entre cannabis recreativa e terapêutica), com expectativas individuais e de grupo sobre a eficácia do produto — de desconfiança, incerteza e ambivalência — sobre a qualidade dos produtos, seus efeitos sintomáticos de acordo com a doença, entre outros.

Nesse contexto, a estratégia metodológica baseou-se em um projeto qualitativo, flexível e de bricolagem, no qual o pesquisador, como *bricoleur*, combina diferentes materiais empíricos, métodos e estratégias disponíveis, a fim de gerar novos conceitos ou combiná-los com base nas regularidades encontradas (Denzin; Lincoln, 1994; Manzelli; Pecheny, 2004). Assim, de forma exploratória, primeiro realizamos mais de vinte entrevistas semiestruturadas com pesquisadores acadêmicos sobre a cannabis na Argentina e com membros de organizações civis para o uso medicinal da cannabis (anônimas). No primeiro caso, essas entrevistas buscaram indagar sobre o tipo de conhecimento gerado em torno dos usos medicinais da cannabis, sua inscrição disciplinar/especialidade/interdisciplinar, motivações, avaliações e interesses cognitivos em torno do assunto, adotantes/colaboradores/coprodução, entre os principais. No caso dos membros das organizações, as dimensões exploradas nas entrevistas giraram em torno do tipo de práticas e conhecimento/expertise dos cultivadores e dos afetados para cultivar a planta, preparar o produto da cannabis (óleo ou outros meios), fontes de aprendizagem, mecanismos de troca entre eles, com pesquisadores acadêmicos e médicos; repertórios de luta/demandas e motivações/interesses em gerar agendas de pesquisa com os investigadores acadêmicos. A realização e a análise dessas entrevistas nos permitiram identificar e construir um *corpus* de documentos (folhetos informativos das organizações, artigos científicos, projetos de pesquisa/ extensão universitária) e um grupo de informantes-chave, tanto no campo acadêmico quanto no campo dos produtores e ativistas, o que nos ajudou a selecionar o caso no qual nos concentraríamos com mais detalhes.

O caso analisado, as interações entre o laboratório do *Centro de Investigaciones del Medioambiente* (CIM) da *Universidad Nacional de la Plata* (UNLP) e os cultivadores da *Asociación Cultural Jardín del Unicornio e do Cultivo en Familia*, foi selecionado por ser único ou intrínseco (predomina o princípio do interesse oferecido pelo caso) (Stake, 1999) como uma experiência pioneira em: (a) introduzir e desenvolver o cultivo experimental de cannabis em uma universidade argentina; e (b) fazê-lo em colaboração com um grupo extra-acadêmico que, embora socialmente tenha recebido novas formas de avaliação positiva, ainda não é totalmente reconhecido pelo Estado argentino como um sujeito de direito pleno na matéria.

O caso foi abordado por meio de uma combinação de técnicas: foram realizadas duas entrevistas em profundidade com os membros da Associação Cultural e duas entrevistas em profundidade com o investigador principal, uma individual e outra com seus colaboradores; a análise de conteúdo dessas entrevistas foi cruzada com a dos documentos (artigos científicos, projetos de pesquisa/extensão universitária, folhetos de informação/divulgação da organização) e com as notas de campo obtidas a partir de uma observação não participante, desenvolvida na apresentação das “*Cepas Argentinas Terapéuticas*” no Centro Científico Tecnológico (CCT) da cidade de La Plata, em 22 de maio de 2019.

A organização do trabalho é a seguinte. A primeira seção reconstrói as práticas e os conhecimentos populares e experimentais do cultivo de cannabis nas mãos dos cultivadores, cuja identidade principal estava ligada ao seu uso recreativo. Ela mostra sob quais visões e estratégias algumas associações incorporaram a questão medicinal em suas agendas, analisando as mudanças que isso provocou em suas práticas de cultivo e na legitimação e visibilização públicas. Em segundo lugar, procuramos entender como e por que os produtores e pesquisadores geraram agendas de trabalho colaborativo, considerando o tipo de recursos e conhecimentos trocados por eles e sua finalidade, sua dinâmica de coprodução e o conhecimento efetivamente coproduzido, as continuidades e rupturas entre os procedimentos de construção de conhecimento e evidências (conceitualizações, sistematizações, formas de investigação etc.), os conflitos que surgiram, a dinâmica de complementaridade desenvolvida entre a base experiencial, prática e popular do conhecimento dos produtores e pacientes e a estrutura e os procedimentos da pesquisa científica de laboratório.

A base popular de conhecimento sobre o cultivo e o uso da planta

Durante a maior parte do século XX, entre 1937 e 1996, ano em que o uso terapêutico foi legalizado pela primeira vez no mundo, na Califórnia, a planta da cannabis e seus produtos foram classificados pelos estados-nações como substâncias ilícitas. Esse fato explica que, no contexto do século em que a ciência desenvolveu os maiores avanços e revoluções cognitivas no campo da saúde (a consolidação da teoria bacteriana das doenças, os raios X, o surgimento dos antibióticos, o sequenciamento do DNA humano, para citar alguns), a pesquisa científica e médica sobre a cannabis era quase inexistente no mundo e no ambiente local, constituindo um caso de ciência não feita (Frickel *et al.*, 2010; Hess, 2016), com exceção de alguns marcos, como a identificação e o isolamento do THC

pelo pesquisador israelense Raphael Mechoulam em 1960, ou os desenvolvimentos de Roger Pertwee e seu grupo com a descrição dos receptores CB1 e CB2 e o funcionamento do sistema endocanabinoide por volta de 1980 (Russo, 2002).

Nesse estado de coisas, o conhecimento sobre o cultivo da planta, sua conservação, adaptação e transformação ao longo do tempo (genética, cruzamentos, melhoramentos de plantas) se acumulou em espaços sociais diferentes da ciência acadêmica: primeiro entre os cultivadores ancestrais, depois nas mãos de pequenos produtores agrícolas ilegais associados ao elo mais fraco do tráfico de drogas que, na América Latina, está localizado principalmente no Paraguai, Colômbia, México e alguns países do Caribe, como a Jamaica (Jelsma; Kay; Bewley-Taylor, 2019). Depois, desde as revoluções culturais das décadas de 1960 e 1970, entre rastafári, *hippies*, roqueiros e outras contraculturas e, finalmente, desde 2000, na chamada cultura canábica.

Os estudos mais recentes mostram que a cannabis é caracterizada como uma única espécie que adquiriu diferentes formas e composições bioquímicas de acordo com um caminho evolutivo ligado à sua domesticação e aos usos (Clarke; Merlin, 2016; McPartland; Guy, 2017). Assim, por exemplo, as plantas de cânhamo (historicamente usadas por suas fibras em diferentes usos, como papel ou têxteis) evoluíram em grande parte do continente europeu, enquanto outras formas de cannabis, cuja utilidade estava relacionada à cura ou a rituais religiosos foram adaptadas em partes da região asiática, como a Índia (portanto, durante o início do século XIX, o cânhamo indiano foi popularmente reconhecido na Farmacopeia Argentina por suas propriedades curativas).

Os cultivadores locais

Na Argentina, as experiências de cultivo de cânhamo datam do século XIX⁶, os usos curativos e medicinais da cannabis aparecem na Farmacopeia da época, e o uso recreativo

⁶ Na Argentina, a história do cultivo da planta remonta à época de sua fundação e de seus súditos: Juan Manuel Belgrano promoveu seu cultivo sem sucesso. Em 1914, no terceiro censo nacional, apesar de não estar entre as plantas industriais mais importantes, documentou-se que havia 36 hectares cultivados com cânhamo na Argentina, distribuídos entre as seguintes províncias do país: 1 no Chaco, 3 em Corrientes, 13 em Tucumán e 19 em Misiones. Duas décadas depois, no censo realizado entre 1936 e 1937, uma página é dedicada à produção de fibras e outra à produção de sementes de cânhamo que, devido ao seu valor nutricional, eram usadas para alimentar aves antes da proibição. Naqueles anos, somente na província de Santa Fé, 111 hectares foram semeados para a exploração da fibra de cânhamo e 502 hectares foram destinados à colheita de sementes. Mas não havia mais vestígios dessa indústria no país, exceto pelo experimento de Jáuregui realizado por Julio Steverlynck, um empresário têxtil belga e proprietário da Algodonera Flandria, que construiu uma cidade em torno dela. Nos arredores da cidade, a Linera

também apareceu em meados do século XX entre os jovens locais que se identificavam com o movimento hippie contracultural. Mas quando o cultivo popular e doméstico se espalhou localmente?

A crise argentina de 2001 introduziu uma mudança nesse sentido. O fim da conversibilidade reduziu o tráfico de cannabis do Paraguai para o país devido a uma queda na demanda local por causa do aumento do preço (na época, a chamada "prensada paraguaia" era consumida principalmente na Argentina) e levou muitos consumidores, nesse contexto de escassez e preços altos, a começar a cultivar sua própria cannabis, primeiro individualmente e depois formando clubes e associações. Nos últimos vinte anos, essas associações desenvolveram um ativismo político poderoso (Corbelle, 2016) ou o que alguns chamam de Movimento Nacional da Cannabis (Horrac, 2014).

Essa situação se insere em uma tendência global de reconfiguração da produção de cannabis, que se distancia de um modelo de cultivo em larga escala nos países em desenvolvimento e exportação para os principais centros de consumo (típico de outras drogas ilícitas, como a cocaína e o ópio), em direção a um novo esquema de disseminação transnacional e quase global das plantações de cannabis, com a particularidade de que vários usuários se voltaram para a produção, levando o cultivo para uma pequena escala (Leggett, 2006).

Assim, no âmbito das dinâmicas globais e locais, a partir de 2001, muitos consumidores argentinos de cannabis começaram a seu próprio cultivo, inaugurando práticas domésticas de semeadura e colheita de cannabis, principalmente para uso recreativo, revertendo a escassez da planta naquela época e, assim, deixando de recorrer ao mercado ilegal de drogas. No início, esses pioneiros aprenderam lendo, observando aqueles que já sabiam algo, compartilhando informações boca a boca, entre conhecidos e confidentes. Depois, aos poucos, começou a tomar forma um processo de consolidação de uma "cultura canábica" local, que se expressa na criação de diferentes espaços de socialização, revistas (como a THC) e mecanismos institucionais. Uma das atividades sociais mais distintas de cultivadores e usuários no mundo são as *Cannabis Cups*, que são realizadas como "festivais de colheita" em que vários usuários/cultivadores "competem" de forma amigável, apresentando seus melhores *buds* (nome típico da inflorescência

Bonaerense, a unidade de negócios que ele fundou para desenvolver o cultivo de linho e cânhamo, ainda sobrevive. Tudo era cultivo experimental; em 1953, tinha 6 hectares cultivados, em 1956, 180 e, em 1970, 400. A morte do empresário em 1975, a concorrência crescente do *nylon* (criado pela Du Pont, um dos que sustentaram a cruzada proibicionista de Anslinger em 1937 nos Estados Unidos) e a ditadura militar local deixaram a experiência truncada (Soriano, 2017).

feminina da cannabis), que são avaliados, por meio de degustação, por seus efeitos psicoativos, mas também por sua aparência estética, premiando assim, as melhores flores cultivadas e “curadas” (processo de colheita, secagem e armazenamento). Na Argentina, existem várias copas e degustações, encontros clandestinos nos quais pessoas se conhecem, se conectam, trocam experiências de aprendizado e sementes ou outros materiais de propagação (mudas) de diferentes variedades e origens, algumas compradas de bancos de sementes estrangeiros e outras genéticas mantidas localmente por produtores que, por meio de clonagem ou cruzamento, escolhem as melhores plantas, adaptando-as às suas próprias condições de cultivo e estabilizando-as ao longo do tempo. As *growshops*, ou lojas especializadas em cultivo de cannabis, também são locais onde é possível encontrar não apenas os vários insumos (substratos, fertilizantes, luzes) necessários para o ciclo de crescimento e colheita da planta, tanto para ambientes externos quanto internos, mas também cultivadores com experiência na área. Nesse sentido, essas lojas de cultivo também foram locais de circulação, troca de informações e conhecimento central quando a Internet ou as redes sociais não tinham atingido seu nível atual de desenvolvimento.

Com o *boom* da Internet e das redes sociais no final do milênio, esses cultivadores pioneiros na Argentina implantaram estratégias defensivas para enfrentar e reduzir os riscos e os custos da proibição, trocando informações e recursos anonimamente nas redes, sob pseudônimos em fóruns de cannabis, blogs e outros sites. Em uma instância paralela, alguns consumidores começaram a se organizar politicamente em associações e organizações da sociedade civil como “usuários responsáveis”. Algumas delas, voltadas para pesquisa, prevenção e assistência aos usuários, incluem especialistas em saúde, direito, psiquiatria, serviço social e psicologia entre seus membros. Outras foram criadas por membros da família, usuários e outros ativistas (Corbelle, 2016).

Atualmente, na Argentina, contabiliza-se cerca de 40 “organizações canábicas”, das quais menos da metade são organizações e associações dedicadas à divulgação de informações sobre a cultura da cannabis em geral e mais de vinte são especializadas exclusivamente no estudo e na divulgação da cannabis medicinal. Em um sentido federal, elas abrangem quase todo o território argentino. Muitas dessas organizações e associações se uniram na *Frente de Organizaciones Cannábicas* (FOCA).

Salvo a *Cannabis Medicinal Argentina* (CAMEDA) e a *Mamá Cultiva*, as outras organizações locais de cannabis medicinal têm suas raízes no ativismo em favor da cannabis em geral. Ao incluir o aspecto terapêutico, uma das principais máximas adotadas pelas associações de cultivadores foi o cuidado com os usuários por meio de apoio jurídico

em caso de prisão, a promoção do auto cultivo por meio de ativismo, cooperação e troca solidária, a não comercialização de seus produtos e o estabelecimento de um sistema de troca baseado em escambo. Muitas dessas associações conseguiram obter status legal, e as que não conseguiram, se constituíram como grupos de usuários. Esses princípios ou máximas de conduta podem ser vistos na maneira como os produtores e os pacientes estabeleceram vínculos: os primeiros pacientes que usaram a cannabis para fins terapêuticos no país o fizeram graças à matéria-prima ou aos óleos doados pelos produtores. Em troca, eles receberam maior tolerância e legitimidade desde então. Elementos centrais para um coletivo que deseja emergir como um ator político.

Associações de produtores locais com orientação terapêutica: reconfigurações e estratégias

Algumas associações canábicas incorporaram a questão medicinal, socialmente no auge, em suas práticas, objetivos e visões. Em muitos casos, isso se configurou como uma forma de ganhar legitimidade, como uma fase do processo de luta política pela legalização da maconha. Esses são os casos do *Cultivo en Familia*, do professor Loza, e da *Asociación Cultural Jardín del Unicornio*.

O *Cultivo en Familia* inspirou-se em Daniel Loza, um cultivador de La Plata que era conhecido por muitos como o professor botânico. Loza começou a explorar os benefícios da cannabis quando, em 2000, foi diagnosticado uma hepatite avançada e lhe foram dados mais oito anos de vida. Passou algum tempo a fazendo experiências, testando técnicas de plantação e cultivo e misturando variedades genéticas. Depois de obter bons resultados, não só preparou óleos para si próprio, como também começou a distribuí-los a outras pessoas que precisavam deles para aliviar as suas doenças. Por causa dessa ação, foi preso pela polícia e libertado alguns dias depois, graças à pressão da população de La Plata. Morreu alguns meses depois. O seu filho e seus seguidores preservaram a sua “obra” em um documentário que reúne vídeos sobre as suas práticas e pensamentos (cinco ciclos de vídeos disponíveis no *YouTube* desde 2013, sob o nome Daniel Lozax-Quinto Elemento)⁷.

A *Asociación Cultural Jardín del Unicornio* nasceu como consequência de uma ação repressiva do Estado e posterior perseguição. Sem estatuto legal, como clube de cultivo coletivo (um dos poucos publicamente visíveis na Argentina), mas também como espaço de difusão de informação sobre a cultura canábica, mantém, há sete anos um programa de

7

Disponível

em:

<https://www.youtube.com/watch?v=PjIXAhWPfvs&list=PLADnCJgoTLcVtMZtvB6c8S5ZXnRq7ic0s>. Acesso em: 23 jun. 2025.

rádio de uma hora que é transmitido em três estações de rádio FM, uma das quais chega ao sul de Buenos Aires. Também realizam “ações legislativas”, ou seja, organizam workshops sobre a extração de material para a produção de óleos ou sobre esta última prática, ou fazem *lobby* junto aos legisladores locais, provinciais e nacionais para gerar projetos de lei ou alterações (*Tercera Jornada Informativa sobre los Usos del Cannabis, Honorable Cámara de Diputados, Congreso de la Nación Argentina*, 3 de maio de 2019). Como ativistas, sua estratégia é primeiramente se tornarem visíveis como sujeitos com direitos e liberdades individuais que não prejudicam terceiros (ao contrário do que prevaleceu entre os fumantes de maconha durante os anos de proibição: invisibilidade, clandestinidade) e depois se “empoderarem”, acrescentando credenciais e endossos morais que lhes dão legitimidade social na ausência de legalidade e jurisprudência devida⁸.

Inicialmente, produtores pioneiros como esses optaram por cultivar as plantas ao ar livre, em uma estratégia conhecida como cultivo *outdoor*. Dado que a exposição pública deste tipo de cultivo acarreta uma série de riscos legais, como foi o caso da *Unicorn Garden Association*, surgiu a nível mundial e foi adotada localmente uma alternativa popularizada: os cultivos de interior, ou *indoor*. Este tipo de cultivo, que pode ser realizado em qualquer local onde exista rede elétrica e abastecimento de água (daí a sua grande difusão), utiliza condições artificiais de iluminação, tecnologias de irrigação e controle da água (os cultivadores mais sofisticados utilizam a tecnologia de cultivo hidropônico durante todo o ciclo de cultivo, ou nas fases iniciais) e tecnologias de controle da temperatura e da circulação do ar; é também comum que os cultivadores *indoor* disponham de algum sistema eletrônico de automatização e controle das condições de cultivo. A segurança e o maior controle das variáveis ambientais e a possibilidade de obter colheitas múltiplas levaram à expansão deste segundo método. O cultivo *indoor* é efetuado em tendas de cultivo equipadas com toda a sua infraestrutura tecnológica — vasos, luzes LED ou lâmpadas de sódio, fitas de rega, ventiladores, quadros de automação, chegando algumas delas a sofisticadas câmaras de crescimento de plantas, semelhantes ou superiores a alguns laboratórios universitários de botânica e agronomia.

As principais vias de provisionamento de plantas de cannabis para a produção de óleos provêm ou de cultivadores individuais ou da associação de vários consumidores que organizam um cultivo conjunto. Assim, à semelhança do que aconteceu na Califórnia nos anos 60 e 70⁹, múltiplas variedades ou estirpes de cannabis atribuídas com propriedades

⁸ Dados provenientes de uma entrevista com membro da Associação, maio de 2019.

⁹ Ver: <https://www.dinafem.org/es/blog/historia-marihuana-capitulo-1/>. Acesso em: 23 jun. 2025.

terapêuticas foram trocadas entre associações e indivíduos; várias dessas estirpes resultaram de cruzamentos de plantas adaptadas localmente, procurando, entre o passatempo e a competição, melhorar as variedades existentes com propriedades renovadas (sabor, aroma, resistência às pragas, tempo de floração). “A Cat 2 era uma planta que florescia muito rapidamente, e então nós a replantamos; antes demorava quatro meses e agora demora apenas um, porque conseguimos adaptá-la” (Entrevista com um membro da *Asociación Jardín del Unicornio*, maio de 2019).

À medida que as associações aumentavam o seu contato com os pacientes com necessidades medicinais, viam as virtudes de uniformizar os métodos de trabalho, desde o cultivo até à extração dos óleos e sua dosagem, colocando a tônica na identificação das qualidades excepcionais de certas variedades de cannabis, que procuravam preservar e replicar¹⁰, mas também desenvolver novas variedades a partir destas, de modo a obter diferentes exemplares que salvaguardassem as capacidades terapêuticas mais eficazes. Assim, a *Asociación Jardín del Unicornio* começou a fazer óleos na sequência da detenção de um membro da Associação (Adriana Funaro, um dos casos de detenção publicamente conhecidos, agora absolvido). Para iniciar essa tarefa, fizeram um protocolo. Para aqueles que precisavam de óleos, usuários a quem Funaro os fornecia, iam guardá-los, mas com um acompanhamento nas mãos de um médico e com o compromisso do usuário medicinal de se auto abastecer no futuro, se fosse capaz de o fazer. A primeira receita para a preparação dos óleos foi a da Adriana, e depois, quando se ligaram aos acadêmicos, “melhoraram” a técnica, por exemplo “mudando a extração do álcool isopropílico para o álcool de cereais; depois, vendo que a queima na panela de arroz fazia perder canabinoides, passámos a fazê-lo, mas abaixo dos 70 graus em banho-maria. Outra diferença foi que, a partir do que a Adriana estava fazendo com tudo o que tinha [uma mistura de plantas diferentes], nós selecionamos uma cepa” (Entrevista com um membro da *Asociación Jardín del Unicornio*, maio de 2019)

Como ampliaremos na seção seguinte, uma outra interação dos cultivadores que lhes apresentava as virtudes da “protocolização e normalização” era a com investigadores científicos e médicos. Por exemplo, a produção de registros clínicos de pacientes em conjunto com os médicos da associação com base em determinadas variáveis, a sistematização das diferentes associações entre determinadas categorias, métodos de

¹⁰ O método de conservação de cepas mais praticado pelos produtores é a clonagem de plantas; trata-se da conservação de plantas-mãe (plantas que não se destinam à colheita) e da sua propagação a partir de estacas com a mesma identidade genética.

extração, preparação do óleo, diluição e dosagem, e sintomas de acordo com a patologia (*Frente de Organizaciones Cannábicas Argentinas*, n.d.).

Os cultivadores conheceram a associação virtuosa entre certas patologias, doenças ou sintomas e o efeito curativo da cannabis através do consumo recreativo, associando estirpes, efeitos sintomatológicos e doenças, e depois consultando a literatura especializada (científica, revistas populares, nas redes sociais). Quando as associações receberam a procura social de cannabis por parte dos pacientes e das associações começaram a responder e, experimentar em conjunto com os pacientes (e só mais tarde incorporando um médico na associação), tendo em conta os seus relatos sobre as alterações físicas que sentiam após a ingestão de canábis. Uma vez que a abordagem de auto cultivo, defendida pela maioria das associações de cultivadores, reconhece uma relação particular entre a planta e o paciente, os cultivadores, os familiares e os médicos acumularam registros (fichas clínicas) para se adaptarem, ao longo do tempo, a uma estirpe, a uma diluição e a uma dosagem específica para cada paciente. A terapêutica canábica, como gostam de chamar, está mais próxima dos paradigmas da fitomedicina e do herbalismo. Estes baseiam-se na utilização de preparações naturais *versus* produtos sintéticos e no sinergismo ou efeito de comitiva, cujos pressupostos são que a potência terapêutica é dada pela combinação de dois ou mais componentes de uma planta *versus* a utilização isolada de um ingrediente ativo (paradigma farmacológico).

Da marginalidade e da ilegalidade do mundo acadêmico: a chegada dos cultivadores ao laboratório universitário

Nos últimos cinco anos, abriram-se agendas locais de investigação sobre a canábis em diferentes domínios: (a) estudos clínicos (majoritariamente observacionais e sobre epilepsia); (b) investigação analítica sobre determinação qualitativa e quantitativa de canabinoides; (c) projetos de extensão universitária sobre a divulgação e a sensibilização social da cannabis terapêutica; (d) investigação básica e aplicada sobre técnicas de extração (alguma investigação sobre os efeitos do uso de cannabis em modelos biológicos com moscas); (e) cultivo experimental; (f) criação de uma coleção nacional de estirpes; e (g) estudos veterinários sobre a ação terapêutica da cannabis com alto teor de THC em cães com epilepsia. Essas agendas foram criadas por grupos acadêmicos sediados em universidades nacionais, a maioria das quais duplamente dependentes do Conselho Nacional de Investigación Científica e Técnica (Conicet).

As primeiras colaborações efetuadas: o estudo analítico dos óleos

A investigação analítica sobre a determinação qualitativa e quantitativa dos canabinoides consiste em caracterizar a composição química de uma amostra de cannabis, quer se trate de resina, óleo ou flor, em função do tipo de moléculas que contém (percentagem de CBD, THC, para citar os canabinoides mais importantes). São efetuadas através de uma técnica denominada cromatografia líquida ou gasosa¹¹, associada à espectrometria de massa. Isso serve para determinar a distribuição das moléculas de uma substância em função da sua massa e é efetuado de acordo com as normas internacionais.¹²

As faculdades ou os departamentos universitários locais que efetuam a caracterização dos óleos em geral, pedem às pessoas que tragam suas garrafas de óleo integral, das quais são extraídas quatro a cinco gotas de amostra no local para analisar sua composição por espectrometria de massa gasosa ou líquida, para ver qual a proporção de canabinoides, terpenos e outras moléculas que a preparação contém para verificar sua composição, para ajustar as doses (em outros casos, eles optam por pedir às pessoas que peguem um kit para enviar a amostra confidencialmente mais um formulário de envio voluntário). Atualmente, a Faculdade de Bioquímica e Farmácia da Universidade Nacional de Rosário (UNR) e a Faculdade de Bioquímica da Universidade de Buenos Aires (UBA) publicitam este serviço.¹³

Os primeiros resultados destas análises mostram uma tendência: as amostras obtidas no mercado ilegal são as mais diluídas (com menos canabinoides), enquanto nas amostras das associações de produtores a quantidade com poucos canabinoides é significativamente menor. A difusão destes dados por parte da comunidade de acadêmicos envolvidos nesta investigação visa valorizar e legitimar o trabalho dos cultivadores (em última análise, os seus parceiros colaboradores na investigação) (Entrevista ao investigador

¹¹ A Cromatografia Líquida ou gasosa acoplada à espectrometria é uma técnica analítica que combina a cromatografia (líquida ou gasosa) como técnica de separação e a espectrometria de massa como técnica de detecção, identificação e quantificação de compostos orgânicos/organometálicos.

¹² Um padrão ou norma é uma solução dos componentes ativos - neste caso, são utilizadas normas dos componentes ativos mais presentes na cannabis, as normas THC e CBD. Isto serve para calibrar a instrumentação e poder ter uma referência para medir em termos absolutos a quantidade e a localização de um determinado componente (THC, por exemplo) em um óleo, extrato ou resina. A dificuldade burocrática de adquiri-los na Argentina fez com que muitos desses pesquisadores trabalhassem com os padrões que tinham em mãos ou que obtinham informalmente, que depois compartilhavam com outros pesquisadores.

¹³ Ver *THC*, N° 122, p. 41.

A, 17 de maio de 2018). Em outros casos, as amostras muito diluídas têm a ver com o facto de os “cultivadores de cannabis terem feito as contas (cálculos de diluição) sem considerar uma ação química que mais tarde lhes pudemos explicar e eles corrigiram” (Entrevista ao investigador C, maio de 2018).

Assim, entre estes e outros elementos, os investigadores e as associações de cultivadores e pacientes foram ganhando confiança para trabalhar em conjunto. Houve aprendizagens de ambas as partes e novos fluxos de conhecimentos em ambas as direções. Por exemplo, as associações melhoraram as suas formas de calcular a diluição por meio do contato com os investigadores no âmbito do seu serviço de análise de óleos. Embora a analítica seja normalizada e não constitua um desafio científico na investigação sobre a cannabis, o tema trouxe, no entanto, outros desafios ou aprendizagens para os investigadores: “Eu era um tipo inato, trabalhando com nanocompósitos de polímeros e pensando em bolsas de pós-doutoramento, e isso me colocou em outro lugar [...] até me tornar secretário da Extensão da Faculdade, quando nunca tinha me interessado por essa função” (Entrevista ao investigador B, 9 de maio de 2018, p. 5).

Dado que a Lei da Cannabis Medicinal nº 27.350/2017 não inclui as universidades como atores-chave da pesquisa, enquanto inclui o Conicet e o Instituto Nacional de Tecnologia Agropecuária (INTA), somado ao fato de que nenhum dos casos recebeu incentivos em termos de financiamento, nem houve colaboração internacional ou inserção nas linhas de grupos de pesquisa externos, as motivações desses grupos universitários para a realização dessas agendas estão mais relacionadas ao senso de utilidade social dessa pesquisa e ao desdobramento de uma ética de compromisso¹⁴ com a comunidade. Ou seja, as agendas abertas, em todos os casos, tiveram como justificativa central uma função social de acompanhamento e apoio aos usuários pacientes com a intermediação das associações de produtores e seus médicos:

Pensamos que as pessoas têm o direito de saber o que estão consumindo, independentemente de sua legalidade. Somos uma escola de farmácia, militamos contra a automedicação, os medicamentos falsificados, mas estamos conscientes de que, na ausência de um quadro regulamentar, temos de intervir [...] para que o usuário saiba o que está consumindo e o seu médico também [...]. Em Rosário, tudo começou quando as organizações de canábis trouxeram as suas amostras

¹⁴ Tanto a nível local como internacional, os diferentes incentivos da política científica e do ensino superior, bem como as políticas institucionais das universidades, têm reforçado a sua ligação ao desenvolvimento territorial e à produção de conhecimento orientado para os problemas, conduzindo a mudanças organizacionais e alterações na cultura académica, como o desenvolvimento de um “ethos de envolvimento” entre alguns académicos (Pinheiro; Jones; Benneworth, 2012).

para a universidade há três anos. Em Rosário, tudo começou quando as organizações de cannabis trouxeram as suas amostras para a universidade há três anos. Nesse período, foram analisadas 500 amostras, mas os membros da equipa de investigação sentiram a necessidade de abrir o jogo à comunidade¹⁵.

Ou também:

A circulação e a administração de derivados de cannabis obtidos por meio de procedimentos não regulamentados, mas prescritos por profissionais de saúde, continuarão a ser uma realidade inevitável; é necessário assumir um papel ativo na minimização dos eventuais riscos. Nesse contexto, a Faculdade de Engenharia dispõe das capacidades necessárias para realizar diferentes atividades destinadas a reduzir os possíveis danos através de análises químicas especializadas e da divulgação das informações necessárias para educar a respeito da temática¹⁶.

No entanto, esse sentido de utilidade social assenta não só em uma ética de compromisso que os investigadores assumem perante a circulação de substâncias de origem desconhecida, mas também no fato desse sentido de utilidade social da sua investigação ser atravessado pelos critérios que organizam e enquadram a atividade científica, a saber, a produção de conhecimento original baseado em evidências científicas. Essa máxima, que é central na comunidade científica, teve também um papel importante no processo de abertura de novas agendas acadêmicas sobre a cannabis, uma vez que em todos os casos os grupos acadêmicos que começaram a trabalhar sobre a cannabis fizeram-no também com base na acumulação de evidência científica sobre a eficácia da cannabis para uma variedade de doenças¹⁷ e no imperativo de ser potencialmente um conhecimento inovador, como no exemplo do projeto de caracterização das estirpes locais (denominadas CAT 1, 2 e 3).

Nesse contexto, diferentes grupos de investigação de universidades nacionais começaram a desenvolver projetos de extensão sobre o tema, geralmente em conjunto com utilizadores terapêuticos individuais, associações de pacientes e associações de produtores. Essas atividades visavam sistematizar a informação recolhida pelas associações, informar e divulgar o conhecimento sobre a planta, os seus efeitos terapêuticos e a literatura científica que o sustenta junto da comunidade local, bem como

¹⁵ *THC*, No 122, pp. 40-41.

¹⁶ Projeto “*Optimización en los procesos de obtención de derivados cannábicos para fines medicinales*”, Faculdade de Engenharia, Universidad Nacional del Centro de la Provincia de Buenos Aires, p. 6.

¹⁷ Ver: <https://www.who.int/our-work/access-to-medicines-and-health-products/controlled-substances>

workshops de educação sobre cannabis para profissionais e análise de óleos. Essas atividades decorreram geralmente em universidades, hospitais e autarquias, tendo-se realizado mais de uma centena de eventos, conferências, congressos, seminários e cursos de pós-graduação sobre o tema desde a aprovação da lei.

O projeto de um cepário nacional: as Cepas Argentinas Terapêuticas (CAT)

As relações sociais estabelecidas entre os grupos de investigação universitários e as associações de cultivadores e de pacientes em torno dos projetos de extensão sobre a análise do óleo conduziram, no caso da UNLP, a um projeto mais ambicioso.

Em agosto de 2018, a Faculdade de Ciências Exatas da UNLP inaugurou uma sala de cultivo de 20 metros quadrados. Começaram por cultivar três cepas: uma com uma relação 1:1 de CBD e THC, uma com uma concentração mais elevada de CBD e uma com THC. Prevê-se uma segunda fase para atingir cinco variedades, a fim de criar um banco nacional de cepas. A sua utilidade seria muito elevada, uma vez que não existe no país um único laboratório público capaz de medir ou analisar corretamente os elementos da cannabis.

As CAT. 1 e 2 foram doadas pela Asociación Cultural Jardín del Unicornio, e a CAT 3 pela *Asociación Cultivo en Familia*, do professor Daniel Loza.

Semanalmente, os cultivadores vão ao laboratório e contribuem com os seus conhecimentos sobre como montar e cuidar da cultura, que nutrientes utilizar, como gerir a luz. São também eles que trabalham com os pacientes e têm a experiência de como estes reagem à utilização de cada cepa:

Comprometemo-nos a ir uma vez por semana ao laboratório para os aconselhar sobre o cultivo na prática. Aconselhamos dois alunos bolsistas. Eles não tinham nada, nem recursos, nem luzes, nem ar-condicionado, nem extratores, nem interatores. Fomos doando a eles ou conseguindo que outros *growshop* doassem ao laboratório (Entrevista a um membro da *Asociación Jardín del Unicornio*, 2 de maio de 2019).

O projeto de desenvolver um banco nacional de cepas de cannabis também está relacionado a um posicionamento político ideológico por parte de seu diretor e de seus membros quanto ao papel da ciência em relação ao conhecimento popular e às

experiências sociais e também em relação à exploração comercial e social do conhecimento produzido pela ciência:

É a sociedade que está utilizando a cannabis em grande escala, e os cientistas e profissionais de saúde têm de acompanhar estes processos sociais. Não podemos desenvolver uma linha farmacológica tradicional, isolando canabinoides e colocando-os em medicamentos para que as empresas possam ganhar dinheiro, quando o acesso geral à cannabis medicinal na Argentina é através do auto cultivo. Por isso, as linhas de investigação que desenvolvemos devem basear-se no estudo das plantas que as pessoas estão a utilizar no nosso país (Luna, 2019).

A aliança estabelecida por esse grupo de investigação com as duas associações de cultivadores reflete essa abordagem cognitiva mais próxima das necessidades locais dos doentes do que dos projetos que podem ser financiados pela grande indústria farmacêutica, razão pela qual é pública a posição destes investigadores a favor do auto cultivo, que ainda é punível pela lei argentina. Longe de o subsumir, os investigadores e os médicos sempre tiveram em consideração o conhecimento dos cultivadores sobre a associação virtuosa entre a cura de patologias, doenças ou sintomas e o efeito da cannabis produzida através da sua experiência de fumar, transferindo este conhecimento para pacientes em condições semelhantes. Outro elemento que atenua as fronteiras entre os dois é a abordagem do auto cultivo partilhado: partindo do princípio de que existe uma relação particularista entre a planta e o paciente, os cultivadores, os familiares e os médicos acumularam registos (fichas clínicas) para ajustar ao longo do tempo, para cada paciente, uma determinada cepa, diluição e dosagem. A evidência anedótica que produz as associações é incorporada entre as variáveis que são estudadas e geridas nessas investigações, não implicando um conflito metodológico ou epistêmico; nas palavras do diretor do Projeto Argentino de Cepas Terapêuticas: “A verdade é que, quando uma mãe nos diz “dei canábis ao meu filho e pela primeira vez ele olhou para mim”, todas as dúvidas deveriam acabar” (Luna, 2019, p. 11). Em suma, a forma de trabalhar dos cultivadores e usuários, baseada na tentativa e erro em uma forma próxima da *bricolagem*, ou seja, com materiais e meios disponíveis e ao alcance, sob uma racionalidade instrumental ou prática (“colocar as flores no *freezer* durante cinco minutos melhora o meu óleo porque é assim que o corpo o experimenta). O fato de o método científico ser entendido e valorizado pelos investigadores científicos como um método legítimo de produção de conhecimento — até porque não é totalmente alheio à sua abordagem, uma vez que o método científico tem muito a ver com essas dinâmicas.

Eles, os cultivadores, são muito meticolosos e, em geral, a cromatografia verifica ou dá apoio científico a algo que já sabiam. O perfil de canabinoides que suspeitam nas suas plantas corresponde geralmente aos resultados da cromatografia [...]. Mas noutras questões verificou-se o contrário. Vimos que as amostras estavam mais diluídas do que os cultivadores/pacientes pensavam [...] por isso vimos o que se passava e demos-lhes uma série de indicações sobre como diluir [...] estavam fazendo cálculos semiautomáticos que não tinham em conta uma questão mais química (Entrevista ao investigador C, maio de 2018).

Os cientistas demandam dessas formas selvagens de investigação: normalização (protocolos de produção de óleo ou de extração de material vegetal, ou seja, formas normalizadas de produzir óleos); controle do maior número possível de variáveis durante a experimentação; poder garantir a replicabilidade (nas mesmas condições, os mesmos resultados) e a qualidade (não toxicidade). Nesse contexto, os investigadores exigiram que as associações normalizassem um protocolo de extração do material e de preparação do óleo, para poderem medir a qualidade em todas elas.

O que pude ver quando fui aos workshops é que têm práticas diferentes [...] alguns cultivadores/utilizadores terapêuticos extraem as flores e colocam-nas no congelador durante cinco minutos [...] aqui o Esteban, o químico orgânico, tenta ver o que acontece nesta ação em termos químicos [...] pergunta-se o que descobriram ou que inovação, melhoria, esta tática de congelar durante cinco minutos assim que as flores são extraídas [...] para que serve [...] este é um caminho que foi tomado que é muito interessante. Põem-na no congelador durante cinco minutos e retiram-na com menos clorofila [...] muitos deles estão contentes porque, por alguma razão, a clorofila incomoda-os [...] uma situação que ainda não compreendemos [porque é que a clorofila é um problema]. Se calhar é uma coisa que não se explica e não é assim, ou se calhar em algumas patologias a clorofila incomoda [...] temos que ter atenção [...] outros extraem o material e deixam meia hora no congelador, outros deixam a planta toda e deixam macerar 48 horas. O que é melhor [...] algumas associações dizem para cultivar em casa e ensinam a fazê-lo; outras, mais sofisticadas, cultivam e conservam diferentes estirpes com diferentes efeitos clínicos comprovados e socializam-nas entre si (Entrevista ao investigador A, maio de 2018).

Assim, a tensão entre a visão particularista, personalizada e experiencial que os cultivadores e os utilizadores terapêuticos têm em relação aos efeitos sintomáticos que a cannabis exerce em cada pessoa e em função da doença de que padece, mas também em relação aos cuidados com a planta, e o paradigma científico médio que orienta toda a investigação desse tipo, apresenta-se como tolerável ou típico da colaboração nos discursos e nas práticas dos investigadores que trabalham com utilizadores terapêuticos e cultivadores.

A relação entre o conhecimento especializado, profissional ou técnico e o conhecimento popular, experiencial, surge como um elemento a considerar na interação entre investigadores e utilizadores e na forma como os primeiros encaram os segundos. Por um lado, os investigadores reconhecem que os pacientes e os cultivadores são capazes de adquirir competências e aptidões técnicas (uma linguagem concetual) (Epstein, 1995), mas, ao mesmo tempo, sublinham que isso tem limites. De fato, qualquer processo de experimentação do paciente baseado na prática e na experiência tem um limite, mas não por causa de um défice cognitivo por parte do paciente ou do cultivador, mas porque não tem interesse para fins práticos, ou porque a adequação é “suficiente”:

[...] o paciente não pode dizer que o ácido THC é o que está amenizando a inflamação do meu estômago. Eles não têm esse nível de conversa. O que eles dizem é que aquela variedade lhes fez bem. A outra coisa está sendo inferida pelo médico que o ouve. O que os pacientes fazem com as suas histórias sobre os efeitos clínicos após o consumo de x óleo é mostrar onde pode ser mais interessante ir, investigar [...] (Entrevista ao investigador A, maio de 2018).

A relação entre o saber especializado, profissional ou técnico e o saber popular, de tipo experiencial, está em jogo na prática, mas também nas discussões epistemológicas e nas posições dos investigadores que, como no caso da UNLP, empreenderam este projeto de investigação colaborativa:

[...] o que quero dizer é que o assunto não é nosso, mas é partilhado, a cannabis medicinal não pertence à ciência nem aos médicos, pertence ao povo [...] as mães sabem muito sobre a relação do seu filho com esta estirpe, mas não sobre a cannabis, sobre o sistema nervoso central [...] nem o conhecimento científico pode ser totalmente misturado com o conhecimento vulgar nem o contrário; mas devem complementar-se quando se trata de um assunto comum [...].
[...] Tampouco devemos supervalorizar o conhecimento empírico, apaixonarmos pelo conhecimento popular porque o paciente chega e diz “ele gritou menos com esta dose agora” [...] porque se uma médica como Kochen te pega ela responde: tem certeza que ele gritou menos? Será que você estava cansado e não o escutou? Ou talvez o outro tenha feito efeito nele? Com as ferramentas da ciência, é muito fácil deitar abaixo um argumento baseado na impressão, é fácil refutá-lo... o difícil é respeitá-lo e ver o que há de interessante nesse conhecimento [...] (Entrevista ao investigador A, maio de 2018).

Com características típicas de quadros como os de uma ecologia ou diálogo de saberes (Santos, 2009), o discurso e a prática dos investigadores do laboratório assumem relações de horizontalidade e respeito entre eles e os cultivadores ou pacientes com quem

trabalham. A colaboração, o apoio e a reivindicação dos saberes dos cultivadores por parte dos investigadores insere-os em um quadro que mantém muitas coincidências com o das Epistemologias do Sul, dado que estas visam “a busca de conhecimentos e de critérios de validade dos saberes que dêem visibilidade e credibilidade às práticas cognitivas das classes, dos povos e dos grupos sociais, povos e grupos sociais historicamente vitimados, explorados e oprimidos pelo colonialismo e capitalismo global”, que, no nosso caso, seriam os grupos sociais de produtores agrícolas, cultivadores e fumadores de maconha (Santos, 2009, p. 12).

Finalmente, outro sentido partilhado por cultivadores e investigadores é que o início do primeiro cultivo experimental na Argentina, tendo sofrido múltiplos obstáculos burocráticos por parte do Ministério da Saúde e Segurança, envolveu, em primeiro lugar, uma jogada política: instalar a questão e introduzir no laboratório plantas de cultivadores locais — ignorando as alternativas contempladas no regulamento da lei e em regulamentos *ad hoc* gerados, referindo-se ao início do cultivo experimental a partir de sementes importadas —. A jogada política foi ignorar a via formal, recusar começar do zero (importando sementes) e instalar o cultivo experimental com estirpes locais, em uso e experimentadas por milhares de utilizadores terapêuticos.

Considerações finais

Historicamente, e em paralelo com a exploração industrial dos últimos anos, o cultivo da Cannabis e a produção de novos conhecimentos relacionados com esta planta estiveram nas mãos de diferentes culturas populares (*hippies*, aborígenes, roqueiros, *breeders*, criadores etc.).

O trabalho realizado pelos cultivadores e usuários, as suas formas de inquirir sobre as alternativas de cultivo, as preparações oleosas e os efeitos sintomáticos da cannabis e os conhecimentos que estabilizaram aproximam-se de uma investigação selvagem, pois mostram que os usuários não são ignorantes, que a superioridade dos seus conhecimentos é, muitas vezes dada pelo seu maior “realismo” (pragmatismo) em comparação com o conhecimento especializado, que existem processos válidos de produção de conhecimento fora do laboratório científico que podem colaborar com este último em vez de competir ou subordinar-se (Callon; Rabeharisoa, 2003). É notável como os cultivadores e os usuários terapêuticos conhecem a planta ou os seus efeitos clínicos principalmente através da experiência, do trabalho empírico de tentativa e erro. Por outro lado, as atividades

desenvolvidas durante mais de dez anos produziram uma acumulação de conhecimentos que se encontram em estado prático, mas que também foram objetivados em vídeos, brochuras, livros, artigos de jornal, artefatos tecnológicos (máquinas de clonagem, adubos naturais). Foi também disseminado entre os diferentes produtores e suas associações, usuários terapêuticos e famílias, formando um pacote de receitas, passos e, recursos que estão nas mãos de todos sem serem monopolizados por nenhum agente, o que merece ser chamado de conhecimento baseado na experiência (Collins; Evans, 2002) e conhecimento popular.

Frente à crescente demanda social por cannabis para fins terapêuticos, à existência da lei e à proliferação de produtos caseiros de qualidade duvidosa, e apesar de terem sido excluídas da Lei 27.350/2017, as bases das universidades nacionais e seus pesquisadores mostraram o maior comprometimento com o problema, abrindo novas agendas de trabalho em colaboração e complementando a pesquisa selvagem dos produtores. No âmbito da função histórica de extensão da universidade, foram desenvolvidos não só projetos de sensibilização e divulgação popular sobre os usos terapêuticos da cannabis, mas também projetos de investigação, sobretudo sobre a quantificação e qualificação dos óleos. Sua veiculação através da função de extensão pode ser entendida no contexto do receio de muitos pesquisadores de oficializar este tema de pesquisa mostrando os recursos e insumos com os quais trabalham (as cepas locais dos cultivadores).

A interação entre a investigação experiencial das associações de produtores e pacientes e a investigação científica sobre estudos analíticos da composição dos óleos de cannabis e sobre a caracterização das variedades locais conduziu a dinâmicas de hibridação de conhecimentos, de coprodução (Jasanoff, 2003; Vessuri, 2004) e de ressignificação (Vaccarezza, 2011).

A investigação colaborativa entre cientistas e cultivadores conduziu múltiplos processos de hibridação de saberes experienciais e técnico-científicos, como a contraposição, por análise cromatográfica, do método popular de colocar a extração da resina no *freezer* durante cinco minutos para extrair a clorofila, que os utilizadores medicinais afirmam melhorar o produto terapêutico. Do mesmo modo, um médico decide frequentemente sobre a cepa, o grau de diluição e a dosagem mais adequada para um determinado paciente com uma doença específica com base em provas “anedóticas”, relatos de impressões, sensações, registros de pacientes ou dos seus familiares e de cultivadores de cannabis, que têm um conhecimento ancestral das relações virtuosas entre as cepas e as doenças através do fumo. De um lado, o relatório dos resultados analíticos

de uma composição oleosa é um híbrido de saberes selvagens (estirpes escolhidas, métodos caseiros de extração da resina, preparação do óleo, diluição e formas de dosagem) com fórmulas químicas e instrumentos científicos específicos como o cromatógrafo. Nessas dinâmicas de hibridização, emergem tensões epistêmicas de diferentes níveis: entre o senso comum como fonte de conhecimento e a experimentação científica, entre a evidência anedótica e a científica, entre a protocolização ou normalização de procedimentos e a exploração da *bricolagem* ou o método de ensaio, tentativa e erro. Sem implicar rupturas epistêmicas radicais em nenhum dos dois mundos, essas tensões são toleradas e fazem parte da dinâmica da investigação colaborativa.

A coprodução é evidente na investigação das CAT 1, 2 e 3. As plantas e os recursos como substratos, vasos, fertilizantes, entre outros, foram fornecidos pelos cultivadores. Estes apoiam o laboratório com a sua presença semanal, formando os estagiários e outros membros em questões de cultivo *indoor*, técnicas de cultivo, poda, extração, etc. Os cientistas contribuem com os seus conhecimentos certificados, equipamentos e instrumentos, e um enquadramento institucional que lhes confere toda a credibilidade.

As dinâmicas de ressignificação do conhecimento surgiram em relação às mudanças ideológicas ou identitárias dos acadêmicos, como a mudança que um pesquisador fez após seu contato com a temática da cannabis, passando a se envolver em atividades acadêmicas mais ligadas a uma ética de compromisso do que de excelência, como a extensão, e perdendo preconceitos sobre o acúmulo de conhecimento sobre a planta e seus usos nas mãos dos cultivadores.

As duas formas de conhecimento, experiencial e científico, não são totalmente diferentes: seria errado dizer que, enquanto o conhecimento especializado é explícito e codificado, o dos cultivadores é tácito e informal. Estes últimos sistematizaram as suas atividades e aprenderam a protocolar procedimentos e histórias clínicas, recorrendo a estratégias de emulação ou de interação com fontes e critérios de validade do mundo científico. E, vice-versa, os cientistas necessitaram de conhecimentos, práticas, protocolos e recursos que estavam nas mãos dos produtores (Callon; Rabeharisoa, 2003). As associações de produtores (com a ajuda de médicos membros ou associados) realizam inquéritos e acompanhamentos de fichas clínicas compiladas por eles, a fim de produzir relatórios que lhes permitam ter uma visão global e comparativa do processo, para poderem fazer alterações e, em alguns casos, até mesmo reunir essas informações para apresentar em congressos acadêmicos. Ao contrário dos inquéritos que são normalmente realizados por peritos, os das associações incluem testemunhos e as chamadas “provas

anedóticas” (Rabeharisoa, 2017). Estamos perante novos modos de movimentos sociais que, longe de confrontarem o conhecimento científico e os sistemas de crenças, procuram capacitar-se para adquirir o grau de especialização necessário para interagir com cientistas e políticos tomadores de decisão, incorporar cientistas e peritos médicos em suas organizações e gerar novas formas de governança (Epstein, 1995; Moore; Kleiman; Hess; Frickel, 2011; Akrich; O’Donovan; Rabeharisoa, 2013), atuando como atos epistêmicos (Rabeharisoa, 2017). Do lado da ciência, assistimos também a um processo de modernização epistêmica, ou seja, de abertura das agendas científicas a questões de interesse social e público (Hess, 2016), que pode também ser vista como a emergência de novos ativismos científicos (Arancibia, 2013) ou de agendas de investigação contestatórias (*advocacy research*), ou seja, que transcendem a ideologia pericial de neutralidade de valores, abraçando as causas e os interesses de grupos ou movimentos sociais (Fischer, 2000).

A construção de agendas locais de investigação sobre a cannabis medicinal, sem inserção em linhas internacionais, e estreitamente entrelaçada com os problemas das associações de pacientes, mostra uma orientação para o contexto de aplicação e não para a disciplina (um problema local, referente à circulação de óleos com suspeitas sobre a sua inocuidade e qualidade, de consumo bastante massivo na Argentina). Assume antes uma dinâmica transdisciplinar, com a participação de organizações não científicas de vária ordem (pacientes, produtores), incorporando critérios de avaliação do conhecimento baseados não só na lógica científica dos pares, mas também na responsabilidade e relevância social (Funtowicz; Ravetz, 1993; Gibbons *et al.*, 1997) e em posições ideológicas propícias a um diálogo de saberes (Santos, 2009). Essas agendas, construídas em torno dos problemas dos diferentes consumidores de cannabis, apresentam um “forte grau de contextualização” e, por isso, produzem um “conhecimento socialmente robusto” (com elevado grau de significação social) (Nowotny, Scott; Gibbons, 2001), refletindo a centralidade da “utilidade social da investigação para os académicos”, em um contexto de incentivos políticos locais e internacionais que visam inverter a terceira missão da universidade ou o Ethos de envolvimento dos académicos (Pinheiro; Jones; Benneworth, 2012). Outro sentido encontrado nas motivações dos académicos que começaram a estudar a cannabis e a se engajar em diferentes projetos de pesquisa e extensão sobre o tema é o da inovação temática (como uma aposta cognitiva) baseada na caracterização de cepas locais. Este último sentido foi menos presente nos discursos e nas práticas dos académicos em comparação com o sentido de utilidade e compromisso social.

Finalmente, à medida que o uso social e comercial da cannabis se expande no mundo e na Argentina, há outras forças em ação, para além das associações de cultivadores

e de pacientes, que a impulsionam por trás: a crescente indústria da cannabis, que vê a América Latina como um terreno virgem e atrativo para a sua exploração, e os governos provinciais e locais que, sempre tão pressionados pela chegada de investimentos aos seus territórios, imaginam a cannabis como a nova *commodity*.

Referências

- AKRICH, Madeline; O'DONOVAN, Orla; RABEHARISOA, Vololona. *The entanglement of scientific and political claims: towards a new form of patients' activism*. Csi Working Papers, n. 35, 2013.
- ARANCIBIA, Florencia. *Controversias científico-reguladoras y activismo: el caso de los agroquímicos para cultivos transgénicos en Argentina*. In: VARA, Alfredo; TULA MOLINA, Federico (Orgs.). *Riesgo, política y alternativas tecnológicas*. Buenos Aires: Prometeo, 2013. p. 309-358.
- CALLON, Michel; RABEHARISOA, Vololona. *Research "in the wild" and the shaping of new social identities*. Technology & Society, n. 25, p. 193-204, 2003.
- CLARKE, Robert; MERLIN, Mark. *Cannabis Domestication, Breeding History, Present-day Genetic Diversity, and Future Prospects*. Critical Reviews in Plant Sciences, v. 35, n. 5-6, p. 293-327, 2016.
- COLLINS, Harry; EVANS, Robert. *The Third Wave of Science Studies: Studies of Expertise and Experience*. Social Studies of Science, v. 32, n. 2, p. 235-296, 2002.
- CORBELLE, Florencia. *Dar la cara como usuario responsable: el activismo político de los usuarios de drogas – de la clandestinidad al Congreso Nacional*. 2016. Tese (Doctorado en Filosofía y Letras) – Facultad de Filosofía y Letras, Universidad de Buenos Aires, Buenos Aires, 2016.
- DENZIN, Norman; LINCOLN, Yvonna. *Introduction: Entering the field of qualitative research*. In: DENZIN, Norman; LINCOLN, Yvonna (Orgs.). *Handbook of Qualitative Research*. Califórnia: SAGE Publications, 1994. p. 1-17.
- DÍAZ, María Cecilia. *Haciendo camino al andar: notas etnográficas sobre seminarios y jornadas de uso medicinal de cannabis en Argentina (2015-2017)*. Revista Pensamiento Penal, n. 298, p. 1-33, 2018.
- DUFTON, Emily. *Grass Roots: The Rise and Fall and Rise of Marijuana in America*. Nova York: Basic Books, Hachette Book Group, 2017.
- EPSTEIN, Steven. The construction of lay expertise: AIDS activism and the forging of credibility in the reform of clinical trials. *Science, Technology & Human Values*, v. 20, n. 4, p. 408-437, 1995.

FISCHER, Frank. *Citizens, Experts and the Environment: The politics of local knowledge*. Durham e Londres: Duke University Press, 2000.

FRICKEL, Scott et al. *Charting Social Movement and Civil Society Challenges to Research Agenda Setting*. In: Science, Technology & Human Values, v. 35, n. 4, p. 444-473, 2010.

FUNTOWICZ, Silvio; RAVETZ, Jerome. *Science for the post-normal age*. Futures, v. 25, n. 7, p. 739-755, 1993.

GIBBONS, Michael et al. *La nueva producción de conocimientos científicos: la dinámica de la ciencia y la investigación en las sociedades contemporáneas*. Barcelona: Ediciones Pomares-Corredor, 1997.

HESS, David J. *Undone science: social movements, mobilized publics and industrial transitions*. Cambridge, Massachusetts; Londres: The MIT Press, 2016.

JASANOFF, Sheila. *Technologies of Humility: Citizens Participation in Governing Science*. Minerva, v. 41, n. 3, p. 223-244, 2003.

JELSMA, Martin; KAY, Sylvia; BEWLEY-TAYLOR, David. *Opciones de comercio (más) justo para el mercado de cannabis*. Swansea: Prifysgol Abertawe, Swansea University, 2019.

JONES, Darío; MANZELLI, Hernan; PECHENY, Mario. *Grounded theory. Una aplicación de la teoría fundamentada a la salud*. Cinta Moebio, v. 19, p. 38-54, 2004.

LEGGETT, Ted. *Review of the world cannabis situation*. Bulletin on Narcotics, Viena, v. 58, p. 1-155, 2006.

LUNA, Nadia. *Primer cultivo científico de cannabis*. In: Tecnología, Sociedad y Saberes, Buenos Aires, 11 jul. 2019.

MCPARTLAND, John; GUY, Geoffrey W. *Models of Cannabis Taxonomy, Cultural Bias, and Conflicts between Scientific and Vernacular Names*. The Botanical Review, v. 83, n. 4, p. 327-381, 2017.

MOORE, Kelly; KLEINMAN, Daniel; HESS, David J; FRICKEL, Scott. *Science and neoliberal globalization: a political sociological approach*. Theory and Society, v. 40, n. 5, p. 505-532, 2011.

NOWOTNY, Helga; SCOTT, Peter; GIBBONS, Michael. *Re-thinking science: knowledge and the public in an age of uncertainty*. Cambridge: Polity Press; Blackwell Publishers, 2001.

PINHEIRO, Rómulo; JONES, Glen; BENNEWORTH, Paul. *What Next? Steps towards a Recategorization of Universities' Regional Missions*. In: PINHEIRO, Rómulo; JONES, Glen (eds.). *Universities and regional development: a critical assessment of tensions and contradictions*. Londres: Routledge, 2012. p. 241-255.

RABEHARISOA, Vololona. *The Multiplicity of Knowledge and the trembling of institutions*. Revue d'Anthropologie des Connaissances, n. especial, 10th anniversaire, p. 141-147, 2017.

RUSSO, Ethan. *Cannabis treatments in obstetrics and gynecology: A historical review*. Journal of Cannabis Therapeutics, v. 2, n. 3-4, p. 5-35, 2002.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *Una epistemología del sur. la reinención del conocimiento y la emancipación*. México: Siglo XXI-CLACSO, 2009.

SCLANI HORRAC, Ana Florencia. *Aproximaciones a un análisis crítico de las prácticas de los usuarios de Cannabis: caso del Movimiento Cannábico Argentino*. 2014. Trabalho final para aspirar al título de Licenciatura en Geografía – Universidad Nacional de La Plata, La Plata, 2014.

SORIANO, Fernando. *Maribuana. La historia: de Manuel Belgrano a las copas cannábicas*. Buenos Aires: Planeta, 2017.

STAKE, Robert E. *Investigación con estudio de caso*. Madrid: Morata, 1999.

TAYLOR, Suzanne. *Re-medicalizing cannabis: science, medicine and policy, 1973 to the early twenty-first century*. 2010. Tesis (Doctorado) – London School of Hygiene & Tropical Medicine, Londres, 2010.

VACCAREZZA, Leonardo Silvio. *Conflicto en torno a una intervención tecnológica: la percepción del riesgo ambiental, conocimiento y ambivalencia en la explotación minera de Bajo de la Alumbrera*. Revista CTS, Buenos Aires, v. 6, n. 17, p. 241-260, nov. 2011.

VESSURI, Hebe. *La hibridación del conocimiento. La tecnociencia y los conocimientos locales a la búsqueda del desarrollo sustentable*. Convergencia, v. 11, n. 35, p. 171-191, maio/ago. 2004.

WYNNE, Brian. *May the sheep safely graze? A reflexive view of the expert-lay knowledge divide*. In: LASH, Scott; SZERSZYNSKI, Bronislaw; WYNNE, Brian (Org.). *Risk, environment and modernity: towards a new ecology*. Londres: SAGE Publications, 1998. p. 44-83.

Recebido em 24 de junho de 2024.

Aceito em 10 de junho de 2025.